

**9.7 EMPREITADA DE “CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE REAL – BRAGA” – CPE.17.20.DMOSM:**

Da **DMOSM** submetendo à consideração do Executivo Municipal, a proposta de abertura de procedimento de formação de contrato: Concurso Público por Prévia Qualificação nº CPE.17.20.DMOSM, relativo à empreitada mencionada em epígrafe.

Tem informação circunstanciada da DMOSM.

**CPE.17.20. DMOSM - "CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO"**

ASSUNTO: Retificação de despacho

Sr.<sup>a</sup> Diretora DMOSM

A ns de Eulho

200901



A proposta de abertura de procedimento relativa à empreitada supracitada foi aprovada pelo Sr. Presidente por despacho datado de 2020/08/11.

Entretanto, o *Centro de Estudos da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho*, na qualidade de coordenador de projeto, transmitiu em 2020/08/21, e acordo com o email anexo, a necessidade de se proceder a pontuais retificações ao mapa de medições que se traduziram em um incremento de 5.865,70€ em relação ao valor base inicialmente considerado, totalizando agora 1.898.200,94€ (+ IVA).


Nestes termos, alterado o respetivo cabimento orçamental, remete-se nova proposta para despacho do Sr. Presidente a ser submetido à aprovação do Executivo Municipal.

À consideração superior.

**DELIBERAÇÃO:**

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A diretora da DMOSM,

  
(Eng.ª Alzira Torres)2020 108131

Despacho:

O Presidente,

  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)20/09/22órgão competente para a decisão de contratar: **CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA****PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO:****CONCURSO PÚBLICO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO N.º CPE.17.20.DMOSM****Contratação: Empreitada de "CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO DE REAL, BRAGA".**

<b>Vocabulário CPV:</b> <b>45453000-7 - Obras de revisão e recuperação</b>	<b>Prazo máximo de execução:</b> <b>24 meses</b>	<b>Preço Base:</b> <b>€1.898.200,94</b>
---	---	--

Entidade adjudicante: artigo 2.º, n.º 1, alínea c), do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Escolha do procedimento: artigo 19.º, n.º 1, alínea b), do CCP.

Decisão de contratar e autorização da despesa: artigo 36.º e artigo 38.º, ambos do CCP;

Tramitação Procedimental: artigos 130.º a 192.º, todos do CCP.

**FUNDAMENTAÇÃO PARA A NECESSIDADE DA OBRA (conforme informação anexa):**

O Município de Braga é legítimo proprietário do prédio urbano designado por "Convento de São Francisco" descrito na Conservatória de Registo Predial de Braga sob o n.º 00827 e matriz urbana artigo 538.º O convento de S. Francisco, sito na União de Freguesias de Real Dume Semelhe encontra-se em estado de pré-ruína em diversas partes do edifício, com colapsos locais e ausência generalizada de coberturas, o que resulta numa exposição dos materiais e elementos estruturais aos agentes externos e contribui para progressiva e rápida deterioração

Página 1 de 5





do conjunto. Muitos dos problemas que afetam o edifício estão relacionados com a sua exposição aos agentes climáticos e, em particular, ao efeito da água sobre os elementos construtivos, nomeadamente coberturas, abóbadas, pisos e paredes. Por outro lado, parecem existir problemas de humidade ascensional e paredes enterradas com drenagem inadequada. Os problemas causados pela infiltração da água são acompanhados por uma colonização biológica importante e vegetação extensa. Entre as anomalias mais significativas, verifica-se o colapso de diversos pavimentos intermédios e paredes. Algumas fachadas mostram sinais de movimentos para fora do plano, com deformação importante e fendas expressivas nas ligações entre as fachadas e as paredes perpendiculares. Outro problema detetado consiste na falta de ligação entre paredes perpendiculares do convento, particularmente entre aquelas que foram construídas em épocas diferentes.

O Convento possui elevado valor cultural e interesse Municipal, estando inclusive implantado sobre área de proteção a um edifício classificado (igreja de S. Frutuoso) pelo que se considera a sua recuperação absolutamente estratégica do ponto de vista da manutenção do património arquitetónico Municipal.

Tratando-se de uma estrutura sensível, o projeto de intervenção e os trabalhos de consolidação deverão adotar uma metodologia adequada, incluindo intervenções minimalistas e eficientes na pré-existência, e reconstrução, nos casos em que tal seja possível, com recurso a técnicas tradicionais. Adicionalmente, a equipa projetista adotou soluções construtivas modernas adequadas sempre que tal se justifique e recorrer a métodos avançados de análise estrutural, assumindo o contributo dos materiais tradicionais para a estabilidade do conjunto. Neste documento apresentam-se diversas recomendações gerais para consideração pela equipa projetista no projeto de intervenção.

## **I – APROVAÇÃO DA EMPREITADA E DECISÃO DE CONTRATAR**

Face ao exposto e tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, cujo projeto de execução da obra apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara, cujo preço contratual estimado é de **€1.898 200,94 (um milhão oitocentos e noventa e oito mil duzentos euros e noventa e quatro cêntimos) (sem IVA)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato pretendido celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **obter autorização para a referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

**I.I -** A não contratação por lotes, apesar do preço contratual estimado ser superior a €500.000,00, uma vez que as prestações a abranger pelo respetivo objeto são técnica e funcionalmente incindíveis.

**I.II - Peças do procedimento**

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Minuta do anúncio;
- ii. Programa do procedimento;
- iii. Caderno de encargos;
- iv. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*, incluindo o Plano de Faseamento e Sinalização de Obra.

**I.III - Parâmetro base**

O parâmetro base compreendido no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do *Código dos Contratos Públicos*, é o seguinte:

- a) O preço base do procedimento será de **€1.898.200,94 (um milhão oitocentos e noventa e oito mil duzentos euros e noventa e quatro cêntimos) (sem IVA)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
- O preço base foi definido pela entidade adjudicante com suporte em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos*, designadamente os seguintes: foi tomada em consideração a estimativa orçamental efetuada pelo projetista, estimativa essa que, quando realizada, tomou em consideração dos preços correntes praticados no mercado para cada espécie de trabalho, designadamente através da realização de consultas informais e consultas a bases de dados. Também o dono da obra, em sede de análise e revisão interna ao projeto, confrontou as estimativas orçamentais com informação de preços que estão a ser praticados em procedimentos que envolvem a execução de contratos de natureza e objeto semelhante, com os preços que vêm sendo propostos pelos fornecedores em sede de modificações objetivas aos contratos, bem como com os históricos existentes, mormente em acordos quadros e em resultado de consultas preliminares que têm sido realizadas no âmbito de diferentes procedimentos.

**II - Prazo para apresentação das propostas**

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de 20 dias a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

**II.I - Designação do júri do procedimento**

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente as declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir as funções indicadas, nos termos previstos no artigo 67.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos:

**Membros efetivos:**

Carlos Rodrigues (Presidente do júri)

Ana Martins

Luís Almeida

**Membros suplentes:**

André Ruão

Valéria Borges

**II.II** - Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: Ana Martins.

**III - Gestão do contrato**

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada ao **Sr.ª Eng.ª Paula Pereira**, a desempenhar funções no Departamento de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

**IV - Delegação de competências**

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;

- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

**V - Adjudicação da empreitada**

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o regulamento de análise das propostas, definido no Anexo VI do programa de concurso, por ponderação dos fatores e subfatores que se indicam de seguida:

Fatores		Subfatores		Ponderação	
Preço			70%		100%
Valia técnica da proposta	Metodologia		50%	30%	
	Programa de trabalhos		50%		

**VI - Cabimento orçamental**

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento n.º 52445 de 26/06/2020, retificado em 28/08/2020.

28 de agosto de 2020

Pelos Serviços da DMOSM-DOM,